



SIND VALORES

Sindicato dos Empregados no Transporte de Valores,
nas Bases de Valores e Similares do Distrito Federal

CUT FINTRAVE

Ano: IX Número: 138
Junho/2018

Chegou a nossa Data-Base 2018/2019! Vamos à Assembleia aprovar a Pauta de Reivindicações.

A nossa data-base é 1º de agosto e, apesar de o País estar mergulhado em uma das piores crises da nossa história, a nossa Campanha Salarial será a mesma de sempre, com muita luta e mobilização para defender direitos e conquistas, avançar nas reivindicações e não permitir que os patrões coloquem a reforma trabalhista em nossa CCT.

Por isso, é fundamental que todos participem desta Assembleia, onde incluiremos novos pontos para compor as cláusulas da Convenção e queremos que a maioria decida de forma combativa e democrática, apreciando a nossa Pauta de Reivindicações, ponto a ponto e depois votando a mesma, que após os ajustes jurídicos será imediatamente encaminhada ao Sindicato Patronal.

NOVIDADE NA NOSSA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES: CLÁUSULA DE BARREIRA

Iremos submeter à votação da categoria a inclusão de uma cláusula chamada cláusula de barreira. Ela significa que iremos negociar que apenas os trabalhadores filiados ao Sindicato tenham os ganhos conquistados na Campanha Salarial. Muitos juízes do trabalho defendem essa tese, pois é justo que você sustente a luta e quem não sustenta, e alguns não filiados ainda ficam falando mal do Sindicato, também conquiste os nossos ganhos?



QUEM TRABALHA COM A VIDA POR UM FIO, MERECE RESPEITO QUANDO VAI DISCUTIR CAMPANHA SALARIAL

Os vigilantes de transporte de valores saem para trabalhar, mas não sabem se voltarão para seus lares, tamanha é a violência a que são submetidos diariamente. As quadrilhas cada vez mais agressivas e cruéis, e os empresários cada vez mais gananciosos para

lucrar em cima do vigilante que está sempre na linha de tiro da bandidagem.

É com este cenário em mente que não arredaremos pé das nossas conquistas e muito menos aceitaremos os retrocessos que os patrões querem nos impor. Eles já

estão espalhando boatos de que vão nos oferecer zero de reajuste e ainda vão querer meter a reforma trabalhista na nossa CCT.

Tem que ser muito insensível ou muito ganancioso, ou os dois juntos, para nos oferecerem retrocessos em troca do lucro que rece-

bem. Podem parar com a lenga lenga, podem parar com a choradeira, pois a luta é a nossa maior arma contra as negativas patronais.

Fiquem desde já preparados para os embates, pois a nós, vigilantes de transporte de valores, só a vitória interessa.

Assembleia Geral Extraordinária

Dia: 24/06/2018 – domingo

**Horário: às 09h30 em 1ª Convocação ou às
10h em 2ª convocação**

**Local: Auditório da CUT-DF (SDS Ed. Venâncio
V – Subsolo – CONIC)**

Pauta: Conforme edital publicado ao lado.



SINDICATO DOS EMPREGADOS NO TRANSPORTE DE VALORES,
NAS BASES DE VALORES E SIMILARES DO DISTRITO FEDERAL
FILIAÇÃO À CUT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente SINDICATO DOS EMPREGADOS NO TRANSPORTE DE VALORES, NAS BASES DE VALORES E SIMILARES DO DISTRITO FEDERAL - SINDVALORES-DF, no uso de suas atribuições estatutárias e legais, convoca todos os empregados no transporte de valores, nas bases de valores e similares abrangidos pela representatividade confida nos Estatutos da entidade no âmbito do Distrito Federal, para participarem de uma assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 24 de junho de 2018 (24.06.2018) que se realizará no auditório da CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, situado no Edifício Venâncio V, lojas 04, 14 e 20, subsolo, SDS, Brasília-DF, às 09h30min horas em primeira convocação com o quorum estatutário ou às 10h00min horas, em segunda convocação com qualquer número de presenças conforme previsto nos Estatutos da entidade, para deliberarem sobre o seguinte ordem do dia:

- Discussão e aprovação da pauta de reivindicações, que deverá se constituir na proposta de acordo coletivo de trabalho, para o período 2.018/2.019, a ser encaminhado ao representante legal da empresa;
- Autorização para a diretoria do sindicato, negociar, firmar acordo coletivo de trabalho e, se frustrada a negociação direta, por qualquer motivo, instaurar Dissidência Coletiva de Trabalho junto à Justiça do Trabalho;
- decidir sobre a necessidade e conveniência de instituir taxa assistencial para o custeio das entidades;
- decidir sobre a necessidade e conveniência de instituir contribuição sindical;
- escolha dos associados que irão compor a comissão de negociação;
- assuntos gerais pertinentes à Campanha salarial.

Brasília-DF, 04 de junho de 2018.
CARLOS JOSÉ DAS NEVES

As imagens que devem servir de argumento à nossa Pauta de Reivindicações durante a Campanha Salarial

As imagens falam por si. Os riscos são iminentes e diários e ainda assim, os patrões querem tirar direitos da categoria. Não aceitaremos e usaremos as imagens dos ataques a carro forte como o nosso principal argumento na mesa de negociação. Será que os patrões conseguem encarar todo o sofrimento que está inserido em cada imagem?



PF x armamento para vigilantes de transporte de valores: Não precisamos de nota técnica e sim de garantia de vida aos trabalhadores do carro forte

As condições de trabalho dos vigilantes de transporte de valores são consideradas gravíssimas pelas entidades que representam a categoria. Junto com a FINTRAVE – Federação Interestadual dos trabalhadores nas Empresas de Transporte de Valores, os sindicatos têm trabalhado para buscar soluções por melhores condições de trabalho e em defesa da vida.

Nessas reuniões, as entidades também discutem campanhas salariais, legislação, entre outros temas igualmente importantes para o avanço das conquistas e benefícios dos trabalhadores.

Dentre os temas abordados na reunião realizada dia 24/05, está a negativa da Polícia Federal sobre as reivindicações do segmento por mudanças no armamento dos vigilantes de transporte de valores, para que se adequem ao arsenal utilizado pelas quadrilhas, dando aos trabalhadores chances de responderem aos ataques e ainda resguardar suas vidas.

No entanto, a Polícia Federal negou essas mudanças através de extensa nota técnica para justificar as não alterações. Infelizmente, a realidade atual não condiz com palavras em papel, pois é raro o dia em que um carro forte não é atacado e os vigilantes não são mortos ou feridos.

Continuaremos insistindo nessas mudanças e, para isso, buscaremos todas as instâncias de discussão para defendermos a vida do vigilante de transporte de valores.

Péssimas condições de trabalho caracterizam assédio moral

A falta de condições de trabalho tem tirado a vida de muitos vigilantes de transporte de valores e se o trabalhador, percebendo o risco que tal situação provocará, inclusive com risco à sua vida, recusar sair com o carro forte, ele é imediatamente demitido pela empresa.

Portanto, consideramos que a categoria está submetida, diariamente, ao assédio moral.



Reunião do conselho da FINTRAVE do dia 24 de Maio de 2018 na sede do SINDFORTE-SP onde os sindicatos presentes assinam abaixo para tratar os seguintes temas:

1. Resposta da negativa da Polícia Federal em relação a mudanças de armamento para o seguimento de Transporte de Valores no Brasil.
2. Aumento significativo aos ataques nas bases de Transportadoras de valores e Carros Fortes no Brasil.
3. Pauta unificada de temas como a manutenção das Convenções Coletiva de Trabalho
4. Sustento das entidades sindicais com proposta de uma cláusula de barreiras onde somente os associados serão alcançados com os benefícios acordados nas negociações do instrumento coletivo.

Diante do exposto as entidades sindicais infra-assinado solicita resposta das empresas dos fatos acima do que se visa:

1. Qual é posicionamento das empresas em relação a resposta negativa da polícia federal a ABTV, FENAVAL e FINTRAVE no processo 08211.005711/2017-53.
2. Manutenção das Convenções Coletiva de Trabalho sem nenhum item da reforma trabalhista considerando que a atividade de Transporte de Valores não pode ser tratada como uma atividade comum frente ao risco eminente.
3. Inserir na CCTs cláusula de barreira que concede somente aos trabalhadores associados os benefícios oriundos de acordo do instrumento coletivo de trabalho.
4. Sugerir uma ação conjunta afim trazer à baila a discussão das autoridades públicas sobre o aumento significativo aos ataques bases de Transporte de Valores e Carros Fortes.

Ficou acordado entre as entidades que diante da negativa da polícia federal sobre a mudança de armamento e o aumento significativo aos ataques bases de Transporte de Valores e Carros Fortes as entidades sindicais enviará a FENAVAL E ABTV um comunicado que todos os sindicatos do seguimento de Transporte de Valores estarão construindo a nível nacional uma grande movimento de paralisação contra estes ataques e a negativa da polícia federal em relação a mudança nos armamentos sugeridos pela a

FINTRAVE.
SINDTRAV
Manoel Sady
SINDVALORES-MT
Aurivan Dourado
SINDVALORES
Carlinhos dos Santos
SINDFORTE-RJ
José Roberto Bezerra
SINDFORTE-BA
Gilberto da Silva
SINDFORTE-GO
José Maria
SINDFORTE-ES
Wilson Damascena

São Paulo 24 de Maio de 2018



OFÍCIO : 003

At: AABTV E FENAVAL

O conselho da FINTRAVE vem a Vsª Srª informar que as entidades sindicais infra assinadas não aceita a inclusão da reforma trabalhista considerando que a atividade de Transporte de Valores não pode ser tratada como uma atividade comum frente ao risco eminente mantendo todos os benefícios da Convenções Coletiva de Trabalho dando espaço para as discussões de reajuste salariais e de benefícios.

Diante dos efeitos negativos da reforma trabalhista que atingiu diretamente a receita dos sindicatos com a falta do repasse do imposto sindical, as entidades apresentam a inclusão de uma Cláusula de barreira que concede a inclusão dos benefícios oriundos das negociações entre os sindicatos e empresas somente aos associados considerando que a reforma trabalhista da Lei 13.467/2017 no seu artigo 511-a onde o acordado prevalece sobre o legislado.

Diante do exposto as entidades apresentarão as normas de inclusão e exclusão dos associados e não associados nos benefícios do instrumento coletivo de trabalho.

Garantia de todos os benefícios aos trabalhadores vítimas de assalto tanto como assistência médica, psicológica, tratamento e medicamentos e caso seja encaminhado ao INSS manter a remuneração até o pagamento do benefício do INSS.

SINDTRAV
Manoel Sady
SINDVALORES-MT
Aurivan Dourado
SINDVALORES
Carlinhos dos Santos
SINDFORTE-RJ
José Roberto Bezerra
SINDFORTE-BA
Gilberto da Silva
SINDFORTE-GO
José Maria
SINDFORTE-ES
Wilson Damascena

São Paulo 25 de Maio de 2018



OFÍCIO : 002

At: AABTV E FENAVAL

O conselho da FINTRAVE vem a Vsª Srª informar que as entidades sindicais infra assinadas acordaram que diante da negativa da polícia federal sobre a mudança de armamento e o aumento significativo aos ataques bases de Transporte de Valores e Carros Fortes as entidades sindicais comunica que todos os sindicatos do seguimento de Transporte de Valores estarão construindo a nível nacional um grande movimento de paralisação contra estes ataques e a negativa da polícia federal em relação a mudança nos armamentos sugeridos pela FINTRAVE, ABTV E FENAVAL.

SINDTRAV
Manoel Sady
SINDVALORES-MT
Aurivan Dourado
SINDVALORES
Carlinhos dos Santos
SINDFORTE-RJ
José Roberto Bezerra
SINDFORTE-BA
Gilberto da Silva
SINDFORTE-GO
José Maria
SINDFORTE-ES
Wilson Damascena

São Paulo 25 de Maio de 2018

Recebido
25/05/2018
Yhechthy

Recebido
25/05/2018
Yhechthy

Temer é derrotado na OIT e será obrigado a explicar reforma trabalhista nefasta

Governo terá até novembro deste ano para enviar explicações à Comissão de Peritos da OIT sobre o respeito aos princípios da negociação coletiva na nova legislação trabalhista

As ofensivas e o jogo de cena do governo ilegítimo e golpista de Michel Temer (MDB-SP), que chegou a acusar a Organização Internacional do Trabalho (OIT) de agir politicamente ao colocar o Brasil na "lista suja" de violações, não convenceram ninguém.

Nas conclusões da Comissão de Normas da OIT, apresentadas nesta quinta-feira (7), durante a 107ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, na Suíça, ficou determinado que o governo brasileiro, além de permanecer na chamada "lista suja" dos 24 países que afrontam as normas trabalhistas internacionais, terá de encaminhar explicações ao Comitê de Peritos da Organização sobre o desrespeito à Convenção 98, como a CUT e demais centrais vêm denunciando desde que a reforma trabalhista foi encaminhada por Temer ao Congresso Nacional.

A nova legislação, ao contrário do que técnicos do governo defenderam na OIT, fere sim a Convenção 98, ao permitir que o negociado prevaleça sobre o legislado. E o governo terá de enviar informações para a OIT sobre a aplicação dos princípios da negociação coletiva livre e voluntária até novembro deste ano, quando será realizada uma nova reunião para tratar do assunto.

Governo brasileiro desdenha da OIT e CUT denun-

cia inclusão do País em lista suja

Para o secretário de Relações Internacionais da CUT, Antonio Lisboa, a decisão da Comissão de Normas apenas reforça a vergonha que governo brasileiro passou após agredir os peritos da comissão e a própria Organização.

"Em nenhum momento o governo conseguiu apresentar argumentos que justificassem a reforma trabalhista, em especial no que diz respeito ao negociado sobre o legislado, que afronta a Convenção 98. Fizemos apenas ofensas e agora terão de apresentar explicações", comentou Lisboa.

"Isso significa dizer também que no ano que vem o Brasil continuará no debate da próxima Conferência, uma vez que o país consta na lista suja deste ano e terá de provar que não descumpra a Convenção 98 para sair da lista dos países que ferem as normas internacionais do trabalho."

Em nota, as centrais sindicais dizem que será difícil para o governo ilegítimo de Temer explicar o inexplicável, uma vez que a "Lei 13.467/2017 é o pior ataque sofrido pelos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil."

"Longe de se livrar do problema, o governo brasileiro sofreu derrota internacional e terá de se explicar à Comissão de Peritos apresentando as suas alegações", diz trecho da nota.

O ministro do Trabalho, Helton Yomura, voltou a acusar a comissão da OIT de politização e a questionar seu

método de trabalho. Ele lembrou que outros países também contestaram a comissão pela pressa em questionar o Brasil já que a reforma trabalhista só tem seis meses.

O ministro disse que o tema sobre o Brasil não deveria ter sequer feito parte da agenda e deixou ainda em aberto se o governo vai responder ou não a demanda de informações por parte da Comissão. "Vamos examinar oportunamente o texto, e se for o caso, oferecemos resposta".

As centrais rebateram o ministro. "Depois do anúncio da decisão da Comissão de Normas, o ministro Yomura foi, mais uma vez, equivocado e infeliz ao agredir os membros da Comissão de Peritos, demonstrando constrangedor desconforto", disseram em nota.

Fonte: CUT



Unidas, CUT e demais centrais aprovam Dia Nacional de Luta para 10 de agosto

A mobilização nacional da classe trabalhadora foi aprovada em ato realizado durante lançamento da Agenda Unitária elaborada pelas 7 centrais que embasará as ações neste período eleitoral

O Fórum das Centrais, formado pela CUT, CSB, CTB, Força Sindical, Intersindical, Nova Central e UGT, definiu o dia 10 de agosto como Dia Nacional de Luta, com atos e paralisações em todo País.

A data foi divulgada nesta quarta-feira (6), em São Paulo, no lançamento oficial da Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora, documento que lista 22 propostas para o desenvolvimento do Brasil, com foco na pauta da classe trabalhadora.

Trabalhadores lendo a agenda prioritária da classe trabalhadora

O documento norteará as ações e mobilizações da classe trabalhadora para o próximo período, em especial no Dia Nacional de Luta da Classe Trabalhadora. Além de ser uma ferramenta de trabalho dos sindicalistas para o debate público, a "Agenda" será entregue para os parlamentares e candidatos para as eleições de 2018.

Todos os presidentes das centrais afirmaram que a unidade dos trabalhadores e das trabalhadoras torna a luta mais forte e combativa.

"Nós das centrais sindicais estamos apresentando uma proposta de desenvolvimento para o Brasil, que fala da retomada da geração de empregos, do crescimento econômico, da dignidade do trabalhador, da participação do Estado, entre outras", discursou o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas.

"O Brasil está paralisado e os trabalhadores têm que ser protagonistas nessas mudanças, porque a

classe trabalhadora é quem sofre com todo esse desmonte imposto pelo governo ilegítimo de Michel Temer", disse Vagner.

Para o secretário-geral nacional da CUT, Sérgio Nobre, a "Agenda" ajudará a CUT e as demais centrais sindicais a levar reivindicações e propostas da classe trabalhadora a toda sociedade e preparar a militância à grande mobilização nacional marcada para 10 de agosto.

"As 22 propostas unitárias contidas no documento traduzem as prioridades da classe trabalhadora, sob o guarda-chuva da democracia e soberania nacional e, por isso, devem ser apresentadas e debatidas em todos os espaços, especialmente, nos sindicatos, nas bases, nos locais de trabalho."

Sobre a Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora

O documento, produzido pelas sete centrais sindicais do País, CUT, CSB, CTB, Força Sindical, Intersindical, Nova Central e UGT com coordenação técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), reúne 22 propostas discutidas e construídas com unidade do movimento sindical para o crescimento e desenvolvimento do País.

Criar políticas, programas e ações imediatas para enfrentar o desemprego e o subemprego crescentes, revogar a Emenda Constitucional 95/2016, que congela os investimentos públicos por 20 anos, renovar a política de valorização do salário mínimo, revogar todos os aspectos negativos apontados pelos trabalhadores da Reforma Trabalhista e da Terceirização, que precarizam os contratos e condições de trabalho, assegurar o direito e o acesso ao Sistema Público de Seguridade e Previdência Social são algumas das 22

propostas da CUT e demais centrais para o desenvolvimento do Brasil.

"As eleições de 2018 são uma oportunidade para recolocar o País em outra trajetória de desenvolvimento econômico, social e ambiental. O debate público de ideias e projetos deve subsidiar as escolhas dos eleitores. Os governantes e parlamentares eleitos precisam ter compromissos com transformações que recoloquem o País no rumo de desenvolvimento, com incremento da produtividade, aumento da renda do trabalho, geração de emprego de qualidade, fim da miséria e redução da pobreza", diz trecho dos desafios da Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora.

Mobilização continua na próxima semana

Na próxima semana, as centrais realizarão também a apresentação do documento para os parlamentares do Congresso Nacional, além da entrega aos presidentes da Câmara e do Senado e para líderes partidários.

Fonte: CUT

